

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham neste plenário, bem como pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Assomo a esta tribuna até porque ontem, no pronunciamento que fiz aqui, mostrei um jornal que publicava uma série de ações feitas nesta semana, em Joinville, com relação a várias manifestações, como falta d'água, aumento da passagem, superlotação no Hospital São José, mas o que mais trouxe repercussão foi a chamada lista de Schindler de Joinville, do prefeito Udo Döhler.

Deputada Angela Albino, v.exa. acredita que o dr. Roberto Lepper, um juiz de Joinville, disse

para a prefeitura que, se não diminuísse a fila de espera de consultas com especialistas principalmente na área de reumatologia, iria bloquear o dinheiro do Fundo Municipal da Saúde, que tem hoje R\$ 130 milhões em caixa?

Aí a prefeitura respondeu ao juiz dizendo que eliminou 3.600 pessoas e que a fila quase não existia. Então, todo mundo ficou contente, porque a prefeitura deu um jeito em resolver o problema de 3.600 pessoas que estavam na fila há cinco anos.

O problema, deputado Sandro Silva, v.exa. que é de Joinville sabe, pois está acompanhando de perto, é que o Ministério Público começou a investigar e agora é alvo de uma investigação que pode resultar numa ação criminal ao prefeito Udo Döhler. E se isso acontecer é passível de improbidade administrativa, sendo ele colocado para fora do cargo.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o Ministério Público está descobrindo que as pessoas que a prefeitura disse oficialmente ao juiz que saíram da fila não é porque foram atendidas, é porque foram retiradas. É a lista de Schindler.

Ontem, mostrei aqui o jornal *Gazeta de Joinville* que traz essa matéria, inclusive com a posição da procuradora do Ministério Público Estadual, doutora Simone, que relatava que, se comprovada a mentira da prefeitura, vai entrar com um processo criminal contra o prefeito.

Aí alguns torcedores do prefeito me criticaram dizendo que estou fazendo demais, estou alardeando aquilo que não é verdade, que o jornal *Gazeta de Joinville* só mete o pau no prefeito e que não teria veracidade isso.

Então, se o Jornal *Gazeta de Joinville* só mete o pau no prefeito, se o deputado Kennedy Nunes está fazendo mais do que é, eu gostaria que a assessoria colocasse o vídeo dessa matéria, que é outro órgão de imprensa, que vai fazer com que os catarinenses possam assistir e entender melhor o que está acontecendo em Joinville com a lista de Schindler do prefeito Udo Dölher.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O que dizer?

A deputada Angela Albino lembrou muito bem que essa lista de Schindler é do mal. Aquela outra era do bem, pois quem entrava na lista não morria, era salvo. Lá em Joinville é a lista de Schindler do mal. E vi a tranquilidade com que o homem do governo falava em relação à coisa, com uma expressão como se estivesse em casa contando uma história de pescador, dizendo que se faz assim: "passa a régua". Aonde vamos chegar?

Deputado Dado Cherem, v.exa. que já foi secretário da Saúde deve ficar muito revoltado como todos os catarinenses ao ver uma situação dessas daí, pois os homens do governo não tiveram nem coragem de ir à RBS para dar uma resposta. Colocaram o homem e disseram: "passa a régua". Lá em Joinville está difícil, porque para garantir atendimento na Saúde a pessoa tem que se acorrentar em frente à prefeitura. E agora o prefeito diz "passa a régua".

Quem está dizendo sobre essa investigação não é apenas a imprensa, mas o Ministério Público estadual que está investigando. E comprovada a mentira da prefeitura será aberto um processo criminal contra o prefeito e o secretário da Saúde por mentir à Justiça.

Deputado Gelson Merisio, "passa a régua", é assim. As pessoas esperando cinco anos. O prefeito tem pessoas há cinco anos na fila de espera disse que iria diminuir a referida fila com especialistas. O prefeito Udo Dölller diz: "passa a régua"!

Quero terminar a minha fala de hoje tão indignado como todo mundo está em Joinville e, com certeza, em Santa Catarina com esse tipo de gestão "passa a régua".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vejo um copo de água aqui que está cheio, deputada Angela Albino,

e falta água em Santa Catarina. Se pegarmos aqui o que aconteceu no estado nos últimos tempos é extremamente preocupante a quantia de cidades que tiveram falta de água.

Penso que chegou o momento de o governo do estado pensar seriamente sobre uma nova proposta de fortalecimento da Companhia Catarinense de Abastecimento de Água - Casan.

Ontem, inclusive, estivemos com uma comitiva de lideranças do município de Concórdia tratando desse assunto. E apresentei nesta Casa uma indicação em relação ao abastecimento de água naquele município. Entretanto, o problema não se restringe apenas à nossa querida cidade de Concórdia. Sabemos que a precariedade no abastecimento de água e manutenção do sistema abrange praticamente o estado todo de forma muito preocupante. E se abrirmos os jornais iremos encontrar reportagens falando de problemas relacionados à água em vários municípios do estado.

Aqui na Capital tivemos problemas, assim como em Concórdia, Pinhalzinho, Chapecó e tantos outros municípios.

No caso específico do município de Concórdia a história entre o município e a Casan começou no ano de 1970, quando foi assinado o primeiro contrato de concessão para o abastecimento de água. De lá para cá esse primeiro contrato foi renovado no ano de 2000, mas o serviço continua precário e tem acumulado perdas para a comunidade.

Consta no contrato, como principais deveres da Casan, prestar serviços de modo adequado ao pleno atendimento dos usuários, garantir a modernização das técnicas, equipamentos e instalações, bem como a conservação. Além disso, o contrato cita que a tarifa somente seja aumentada quando a atitude trouxer melhorias para os usuários. E o dado é que as tarifas vêm normalmente, a conta vem cheia no final do mês, mas a dona-de-casa abre a torneira e muitas e muitas vezes não consegue a preciosa água.

Há também os constantes desabastecimentos em virtudes de vazamentos, inclusive com canos e

tubulações rompidas, ou seja, as ações se fazem urgentes.

Ontem, mais uma vez estivemos na Casan, onde foi sinalizado que está em andamento um processo de eficiência energética, já aprovado pela Anel, em parceria com a Celesc, para melhorar o sistema. Há também outros investimentos já acertados, por exemplo, o sistema de esgotamento sanitário em Concórdia, com R\$ 25 milhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, mas cujos projetos ainda a Casan não apresentou de forma adequada para a sua efetiva liberação.

O que vem acontecendo com a situação da água? Citei mais especificamente o município de Concórdia, mas os demais municípios do nosso estado estão sendo atingidos também, e isso faz com que, repito, o governo tenha que tomar uma atitude mais forte com relação às ações que precisam ser resolvidas, encaminhadas, para o fortalecimento da empresa de água.

É bem verdade que existem os que defendem a municipalização, também os que defendem a privatização, e este é um debate que está colocado na sociedade, mas na verdade existe uma empresa pública, existe a Casan, e onde ela atua, onde ainda está atuando, ela precisa atuar de forma a ampliar o abastecimento.

Nós sabemos que houve um período muito quente, de muito calor, que vieram muitas turistas para o nosso estado, portanto, parte disso se justificaria, mas sabemos também que a falta de água ocorreu em cidades que não teve muito fluxo de turistas, como as que já citei anteriormente. Sabemos que a Casan tem um número reduzido de pessoal, às vezes uma bomba de recalque de água quebra e fica um dia, dois dias sem conserto, porque não tem peça para reposição.

No final do ano passado, o Ministério Público de Concórdia entrou com uma ação, houve encaminhamento que a Casan iria disponibilizar três caminhões pipas, ficou apenas um, e não tinha motorista para conduzir o caminhão. Esta é sem dúvida a preocupação dos catarinenses que estão

olhando de forma perplexa o atendimento que está se fazendo em algumas cidades.

No caso específico de Concórdia, repito, que foi inclusive objeto ontem dessa audiência na Casan, os anos que a Casan lá atua, o contrato que tem, o convencimento que fez no ano 2000, deputado Sargento Amauri Soares... E no dia 27 de dezembro, faltando três dias para encerrar o mandato da gestão que estava no governo, faltando três dias para que assumíssemos a prefeitura, passem os senhores, este contrato foi renovado às pressas, com promessas de que os investimentos seriam feitos, mas até hoje não foram realizados.

Estamos na expectativa, quem sabe dando mais um voto de confiança naquilo que nos foi dito ontem na audiência com a Casan, que os investimentos estão sendo pautados para serem feitos. Mas sem dúvida nenhuma com grande desconfiança daqueles que nos últimos anos têm feito diversas promessas e poucas sendo realizadas nesse sentido.

Por isso nós apelamos ao governo do estado que olhe para a Casan, uma empresa importante e estratégica para Santa Catarina, enfim, que faça os investimentos necessários. E digo mais: os movimentos que existem de municipalização em alguns locais partem inclusive dos vereadores que fazem parte da base do governo estadual. É sinal de que a própria base do governo está descontente, imaginem, então, quem não está na base do governo, principalmente a dona-de-casa, que abre a sua torneira e não encontra água.

Portanto, entendemos que as ações precisam ser feitas de forma urgente.

O sistema de abastecimento de água em Santa Catarina precisa de melhorias, de ampliação, de mais investimentos. A nossa empresa Casan precisa de mais gente, de mais equipamentos, de uma disposição firme, política de fortalecê-la, para que fortaleça, conseqüentemente, o atendimento que presta aos nossos municípios.

E o apelo que fizemos pela água em Santa Catarina é o apelo também das cidades que têm tido o problema também de falta de água e que talvez

gostassem de estar aqui neste momento manifestando-se.

Então, deixo este apelo para que essas melhorias sejam feitas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sra. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta manhã de quinta-feira, quero aqui fazer referência ao pronunciamento de ontem do deputado Ismael dos Santos, ocasião em que falava sobre o combate, sobre a prevenção ao uso de drogas no estado de Santa Catarina, dos êxitos que têm tido nessa política, segundo avaliação do próprio deputado, e também do aparte do deputado Nilson Gonçalves acerca deste mesmo assunto, ressaltando a necessidade de se investir mais pesadamente no combate ao tráfico de drogas ou à facilidade com que crianças e adolescentes têm para tomar contato com o tráfico de drogas.

O deputado Nilson Gonçalves, que conhece a situação e por certo falou com propriedade, disse que traficantes ou comercializadores, comerciantes de entorpecentes, de drogas estão cercando hoje as escolas nas nossas cidades, inclusive, nas pequenas cidades, assediando crianças e adolescentes.

Nós já falamos a respeito disso aqui, o deputado Nilson Gonçalves recorria à necessidade de policiamento nas escolas, já falamos também sobre isso e concordamos com essa tese. Aliás, há muitos anos o próprio Magistério, os próprios profissionais da educação requerem a presença de profissionais da segurança nas escolas, inclusive porque os próprios professores e professoras, muitas vezes, são ameaçados e atacados fisicamente por estudantes quando são admoestados de que não

podem usar, comercializar ou exibir drogas no interior das escolas.

Há muitos anos, antes de eu ser deputado, na época do então governador Luiz Henrique da Silveira, foi criado o programa para a Segurança Pública de contratação dos servidores aposentados. E há a convocação desses para trabalhar em diversos órgãos, os quais estão cumprindo uma função importante e estão trabalhando, são voluntários, recebem 1/3 da remuneração que recebiam na ativa, a mais, evidentemente, para fazer esse trabalho.

À época eu sugeri essa convocação e defendi essa possibilidade de colocar policiais nos colégio públicos estaduais para garantir mais segurança para os profissionais que lá trabalham e para as crianças e adolescentes que lá estudam e precisam ser protegidos de drogas nos arredores ou, inclusive, dentro da escola.

Eu nem consigo chamar de traficante aqueles meninos que vão repassar drogas nas escolas, porque os traficantes mesmo estão em outros ambientes muito mais luxuosos, em escalões altos da sociedade brasileira, mas esses meninos já corrompidos pelas drogas acabam corrompendo todos os outros meninos e meninas todos os dias, por isso é preciso que existam políticas de prevenção mais efetivas, e uma delas teria o objetivo de garantir profissionais de Segurança Pública devidamente preparados para fazer esse combate.

Gostaria de fazer referência ao pronunciamento de ontem do deputado Dirceu Dresch, que falava da seca no alto vale. A safra de cebola já não foi boa, por causa da estiagem, e agora a safrinha do milho, que vem depois da cebola, bem na época de florescer, está com as folhas encarquilhadas, como um charuto, olhando para o céu, e não vem uma gota de água.

Então é preciso que haja uma atenção das autoridades do setor e do governo do estado para que estes agricultores não fiquem no prejuízo porque isso, com certeza, incentivam o abandono do campo.

Mas gostaria de referir-me novamente à ocupação dos sem-terra, dos sem-teto, no norte da Ilha da Magia, aqui em Florianópolis, chamada Amarildo de Souza.

Estive ontem no local, convidado pelas lideranças, juntamente com o juiz agrário dr. Jefferson Zanini, que por sua vez foi acompanhado pelo ouvidor do Incra, Fernando Rodrigues de Souza. Além das pessoas acima citadas estavam presentes integrantes da comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, entre outros, como Afrânio Bopré, Mateus, Tiago Silva, Ed e Paulo Berri.

Durante a visita vimos uma massa considerável de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, que residem nesta Grande Florianópolis há varias décadas e que fazem parte da classe trabalhadora que tem ajudado a construir esta cidade, e não venha dizer que vieram de fora e que por isso tem menos direitos, pois o mesmo ocorre com muitos deputados desta Casa, inclusive eu, que vim de Imbuia há 28 anos, como soldado da Polícia Militar fazer a segurança pública dos turistas e dos cidadãos florianopolitanos. Temos boa relação com o prefeito César Souza Junior, inclusive o elogiei, dizendo que ele é um especialista em pegar as melhores ondas, politicamente falando, mas algumas vezes ele erra, e uma delas foi a questão dos médicos, que ele inicialmente foi contra e depois recuou, por isso, ideológica e programaticamente falando não há como deixar de fazer uma observação.

Ouvi o prefeito César Souza Júnior se pronunciando desta tribuna na legislatura anterior por duas vezes dizer que Florianópolis tinha que se preparar para fazer turistas para os ricos da Europa e dos Estados Unidos.

Esta é a ideologia que se pretende implementar na capital, e tem a ver, inclusive, com o que chamam de Plano Diretor - e que, na verdade, nem é um plano diretor; na verdade, é somente a autorização para aumentar a altura dos prédios em algumas regiões - e com o aumento do IPTU. Porque Florianópolis não pode ser para os remediados,

para aqueles que vieram de Lages, Chapecó, Imbuia, do interior do Paraná e do Rio Grande do Sul, e não vieram na semana passada.

Aliás, não viemos na semana passada! E foi essa massa do povo pobre da região sul e do interior do estado de Santa Catarina que construiu aqueles prédios luxuosos na Beira Mar e aquelas mansões espetaculares do norte da ilha, de Jurerê Internacional. E o mesmo grupo de Jurerê Internacional, o Habitasul, queria aquele terreno onde estão os pobres trabalhadores que construíram, e constróem todos os dias, esta cidade, e que está localizado em Ratoões, Vargem Pequena, para fazer um campo de golfe para os ricos da Europa e dos Estados Unidos.

Ora, essa elite catarinense e florianopolitana tem que deixar de querer que Florianópolis seja o Dubai, tem que deixar de pretender que seja o Principado de Monte Carlo e tem que entender, engolir e aceitar, de forma não preconceituosa, que existe pobre nesta cidade - e que, aliás, são os que carregam cimento todos os dias, os que juntam o lixo todos os dias, os que trabalham de garçom todos os dias para servir essa população inteira - e que é melhor ter a produção de hortaliças. Porque este é o propósito: fazer a produção de hortaliças sem agrotóxico lá naqueles 600 ou 900ha. E um campo de golfe também não cumpre a sua função social, na nossa avaliação.

Vai haver uma audiência de conciliação amanhã, às 13h, e o juiz agrário está convidando - e fez questão de dizer isso - todos nós, deputados, para acompanhar a audiência de tentativa de conciliação na Justiça catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, pela sua manifestação.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista, que fez uma troca com o Partido dos Trabalhadores.

Portanto, com a palavra, o deputado Dirceu Dresch, que vem do oeste, é ex-prefeito e tem bastante experiência, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, que conduz esta sessão, queremos agradecer ao líder do Partido Progressista, deputado Valmir Comin, que nos proporcionou essa troca de horário.

Hoje estamos vivendo um grande momento do nosso partido, com um grande encontro de planejamento de conjuntura e estratégia.

Então, também vamos nos dirigir a esse encontro e debater esse tema da participação e da construção do nosso partido, com o desenvolvimento de Santa Catarina. Vamos discutir os projetos, as políticas, as propostas e os investimentos que também o nosso governo federal está fazendo, e vai fazer, neste estado, especialmente com a participação de mais de 10 bilhões de investimentos em financiamentos e em apoios a projetos, e que o governador Raimundo Colombo trata no Pacto por Santa Catarina.

Então, vamos fazer esse debate hoje e amanhã para discutir a nova direção do novo Diretório Executivo do nosso presidente eleito, Cláudio Vignatti.

Sr. presidente, nós ainda não tivemos a oportunidade de ser prefeito de algum município do estado, embora pudesse ter sido já por muitos momentos do nosso município de Saudades. Mas a nossa opção sempre foi fazer uma atuação em nível de estado, de movimento sindical e de movimento social. E nesse período em que estamos exercendo o nosso mandato temos ajudado muito os nossos municípios, os prefeitos, os vice-prefeitos e os vereadores no trabalho árduo das nossas prefeituras de lutar pelos nossos municípios catarinenses, especialmente pelos pequenos municípios.

Mas quero, em nome do nosso partido, tratar de um assunto relacionado principalmente à nossa alimentação especial, que é o leite, mas não só do alimento importante especialmente para as nossas crianças, à nossa população, deputado Mauro de

Nadal, mas também para a economia catarinense, pois a cadeia produtiva do leite é muito significativa no nosso estado.

Gostaria de falar de dois grandes eventos que tratam desse tema, um deles o Itaipu Rural Show, promovido pela Cooperitaipu, que terminou no último final de semana. Na próxima segunda-feira teremos a abertura também do CDA da Alfa, em Chapecó, onde a Cooperalfa também faz o seu evento demonstrando todas as tecnologias, todas as atividades da agricultura, as alternativas, as perspectivas, essa diversidade que é a economia agrícola do nosso estado, que também foi demonstrada neste grande evento, em Pinhalzinho, e que acontece todo ano, em janeiro, que é o Itaipu Rural Show.

Mas quero entrar no debate do leite, que é um tema mais específico do evento. Participamos, inclusive, de um seminário da pesca enquanto presidente da comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa, lá tivemos a presença do ex-ministro Altemir Gregolin.

Então, falando da questão do leite hoje em Santa Catarina significa estarmos falando de milhares e milhares de pessoas que se alimentam com esse produto não só aqui no Brasil, mas também fora do nosso país. Inclusive, estamos aumentando a exportação de leite nesses últimos anos, especialmente em 2013. Até tivemos um aumento dessa exportação e também na exportação de leite em pó, principalmente para a Venezuela.

Na economia dos nossos pequenos municípios o leite tem um peso extraordinário hoje. São milhões e milhões de recursos que entram nos municípios, aos nossos agricultores produtores de leite, além da geração de imposto, além das atividades da indústria, principalmente pequenas indústrias que vão se construindo em torno dessa cadeia produtiva do leite.

E a perspectiva de 50% das indústrias que atuam nesse setor é de entender que também vamos ter uma redução de preço no mês de janeiro. Há uma preocupação no setor, e acompanhamos várias matérias, várias notas na imprensa, que apontam

essa preocupação com a redução do preço, mas também quero discutir aqui o porquê disso. Em segundo lugar, essa redução de preço acontece também porque chegamos ao mês de agosto e setembro do ano passado num preço jamais visto no leite no nosso estado e na nossa agricultura.

Só para se ter uma ideia, chegamos ao mês de dezembro, senhores e senhoras que nos acompanham, 17% acima do preço do leite do ano passado, em 2012. Então, o leite, mesmo caindo, em alguns casos caindo 20 centavos, tivemos ainda um preço acima.

Isso quer dizer que o leite estava num valor muito acima daquele dos últimos anos, motivado pelo aumento do consumo interno e especialmente também pelo aumento da exportação do leite no nosso país.

Então, devemos ter ainda essa redução no mês de janeiro, voltando a ter um preço melhorado especialmente a partir do mês de março, quando normalmente acontece.

Então, temos uma redução de consumo no final de ano quando as pessoas entram em férias, e as crianças acabam não consumindo tanto leite, consomem outros produtos. Isso é tradicional no final de ano em relação ao leite. Mas queremos dizer que a cadeia produtiva do leite, o preço do leite, continua ainda extremamente atraente. É claro que temos situações que nos preocupam, especialmente tecnológicas, que acompanhamos e citamos aqui. Não podemos também levar a questão da tecnologia a uma situação insustentável principalmente para a agricultura familiar.

Temos uma grande preocupação com a genética de ponta. São animais extremamente vulneráveis que produzem muito, mas que têm uma vida útil muito curta, pois há problemas de doenças sanitárias, especialmente aquele animal que precisa comer muita ração e também produtos fora da propriedade.

Então, isso é preocupante, com certeza. Temos que ter cuidado com isso, porque a nossa perspectiva na agricultura, especialmente com o leite, é produzir a um custo baixíssimo, com a possibilidade de competição muito alta, mas não um

leite com alto custo, pois em qualquer crise a nossa agricultura familiar não teria condições de competir nesse espaço.

Para mim, esse é um grande desafio que temos pela frente. Há possibilidade de crescermos muito nessa cadeia produtiva, com muitos novos agricultores, especialmente agricultores familiares.

Assim, o Brasil, no segmento de continuar melhorando a renda dos municípios, das famílias de agricultores, das famílias pobres começando a consumir leite, terá um grande mercado consumidor ainda aberto para ampliar a sua produção e conseqüentemente melhorar o conjunto da economia catarinense.

O próprio governador citava essa produção como uma das atividades centrais em Santa Catarina. E isso é real. Agora, também sempre defendemos que o estado brasileiro tem que ter política pública para esses setores. Não é simplesmente a economia privada que se organiza e comanda. O estado tem que ter acompanhamento técnico, o estado tem que ter também, no caso das novas tecnologias, uma estratégia de atuação para que não exclua os nossos agricultores. Assim, precisamos de políticas de incentivo.

Lamentavelmente já estamos aqui seis anos, sete anos discutindo projetos que foram aprovados nesta Casa, mas infelizmente alguns deles foram vetados. Esperamos que o estado tenha uma política de capacitação, de incentivo nesse sentido.

Estamos lutando para ter um laboratório público de análise de leite em Pinhalzinho, juntamente com a Udesc. Infelizmente não conseguimos ainda recursos para essa política. Hoje o custo é todo das famílias dos agricultores, mas poderíamos ter uma redução de custo, através desse laboratório. Não vamos desistir dessa luta, porque acreditamos que há ali uma perspectiva de ajudar ainda mais a nossa agricultura familiar.

Então, estamos otimistas mesmo com essa redução de preço, em nossa avaliação temporária. A cadeia produtiva do leite tem muito a ampliar, a melhorar, mas sempre com o grande cuidado de

construirmos um projeto com política para esse setor que possa incluir e não excluir a nossa agricultura familiar, como aconteceu em outros setores, especialmente na suinocultura, quando em Santa Catarina perdemos mais de 50 mil produtores de suínos que foram excluídos, que migraram para a cidade, para outras atividades, e uma delas é a produção do leite.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Realmente essa é uma preocupação, mas com certeza esta Casa vai tratar desse assunto este ano.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, meu amigo de Parlamento, deputado Sílvio Dreveck, meu vice-líder que tive a honra de suceder, até pelo tempo que passou como líder desta Casa, num trabalho muito bem apreciado à altura.

Faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para falar sobre um assunto recorrente, relacionado à questão da energia, dos apagões que se sucedem em nível de Brasil. E tivemos problemas sérios na maioria dos estados evidentemente por consequência do calor, do alto consumo, mas com certeza a falta de segurança na questão do planejamento na ação entre geração e distribuição dessa energia que, aliás, tem sido um ponto crucial dos governos que sucederam, que em determinado momento pararam de investir exatamente na macro geração, na macro transmissão e na macro distribuição de energia em todo o país.

Estou percebendo aqui a perda de energia que causa a distância de uma rede de alta tensão. Isso com certeza traz um prejuízo sem precedente para a indústria nacional como um todo, para os

consumidores, porque acaba encarecendo, elevando o preço. E aí pergunto o porquê de nessa ação estratégica do governo não promover o caráter regional através das fontes alternativas que temos em todo o Brasil.

Evidentemente que um país com dimensão continental como o nosso, de recursos naturais imensuráveis, precisa de uma política específica para desenvolver tecnologia. Um país de dimensão continental, um país emergente hoje concretizado junto com a China, África do Sul, Índia e Rússia, ainda é um país de um povo ordeiro, dinâmico trabalhador, mas que precisa de segurança jurídica para se estabelecer, para se certificar cada vez mais. Temos o exemplo de Santa Catarina que só perde na questão do emprego para Singapura.

Então, é uma referência que precisa ser exportada. Um país igual ao nosso não pode dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer ela renovável ou não.

Eu fiz esse preâmbulo para chegar especificamente à questão de uma das bandeiras que foram elencadas por esta Casa, com muita propriedade, pelo ex-presidente Joares Ponticelli, hoje vice-presidente, no Parlamento gaúcho, onde proferimos uma ação dos dois governos que fizeram a sua parte dentro da questão tributária, permitindo e flexibilizando, dando segurança para que os investidores possam se estabelecer neste estado e que possamos desenvolver o jazimento do carvão, dando autonomia sem precisar depender da variação cambial.

Estamos correndo esse risco, nessa falta de planejamento, e até agora o governo federal não detectou e não disse qual foi a causa do apagão. E lá vi o Cobalchini tendo que se desdobrar, porque foi um daqueles que bateu severamente contra o carvão, tendo que se desdobrar para dar uma explicação que não convenceu todos os brasileiros. A pior tragédia é aquela energia que não existe, que não está disponível. Estamos na contramão do que acontece no planeta; 41% da matriz energética mundial é através do carvão.

A Alemanha, ambientalmente correta, como se estabelece, aumenta a sua matriz em mais de 5.800 megawatts a partir do carvão. Se lá pode, por que aqui não? É bem verdade que assumimos o compromisso no tratado de Copenhagen, de Kyoto, na redução de CO², mas não significa dizer que temos que alijar o carvão do processo. Há mais matrizes poluidoras do que o próprio carvão. A irresponsabilidade é tamanha ao ponto de chegarmos à situação desses apagões, enquanto poderíamos ter autossuficiência, abastecimento e poderíamos até exportar energia daqui do sul para todo o Brasil e para o Mercosul.

É preciso que o governo federal atente-se a essa questão. Dois leilões já se sucederam, e em março vamos ter um novo leilão. É preciso que se estabeleça um parâmetro de preço para dar competitividade a esse setor tão importante que poderá dar com certeza segurança jurídica para a indústria nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jorge Teixeira, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, é um motivo de satisfação estar nesta tribuna no dia de hoje, apesar dos apagões que acontecem por todo o Brasil. E não são apenas apagões na rede elétrica. A Petrobras dava satisfação à nação brasileira quando dizia que o petróleo era nosso, mas com esses desmandos até a Petrobras está em apagão.

A assistência médica em todo o território nacional vive um apagão. O governo federal não está administrando bem o estado brasileiro, mas o nosso partido em nível nacional está bem, por conta de um deputado que foi cinco vezes deputado nesta Casa, o deputado Onofre Santo Agostini, ex-prefeito de Curitiba e hoje deputado federal,

que no ano passado foi eleito o melhor deputado no Congresso Nacional pela revista *Veja*.

Então, para nós, do PSD, deputados do estado de Santa Catarina, termos um representante com a sabedoria do deputado Onofre Santo Agostini, de tanto tempo de Casa, de Assembleia Legislativa, com todos os funcionários, que foi presidente desta Casa, ter sido homenageado por trabalho, efetivamente, por trabalho, de discursos daquela Casa, por projetos apresentados naquela Casa, ser destacado como melhor parlamentar em nível de estado brasileiro, de nação brasileira, para nós é motivo de orgulho, apesar de tudo o que está acontecendo neste país.

Quero ressaltar também, como médico, que o deputado Onofre Santo Agostini entrou com uma lei, a Lei Teste da Linguinha. O que é a Lei Teste da Linguinha?

Os fonoaudiólogos procuraram o deputado Onofre Santo Agostini, porque na profissão da fonoaudiologia é muito importante que sejam observadas as pessoas que têm língua presa ao nascer. E a sociedade brasileira de pediatria já recomenda a todos os pediatras que estão na sala de parto que se atentem a esse detalhe. Porque a primeira coisa a observar quando a criança nasce é toda a parte neurológica e a orofaringe. A orofaringe é uma das regiões do nosso organismo que mais traz problemas no parto e vem geneticamente.

Então, o deputado federal Onofre Santo Agostini fez uma lei que faz com que todas as salas de parto, no Brasil, estejam atentas à língua presa, ao nome língua presa. Porque isso vai trazer problemas de amamentação, problemas de fala, de respiração na criança, e é um detalhe fácil de resolver ao nascimento. É um detalhe que com uma pequena tesoura o médico corta o freio da língua, deixando-a solta, fazendo com que essa criança respire melhor, alimente-se melhor e chegue à fase adulta sem sofrer o *bullying* escolar.

Essa lei foi para o Congresso Nacional, foi para o Senado, e este ano deve ser aprovada em nível de Senado.

Então, quero aqui homenagear, através do tempo do PSD, esse grande cidadão catarinense, deputado federal, que eu tenho orgulho de tê-lo apoiado, junto com toda minha família e com todos os meus eleitores que puderam apoiá-lo.

Parabéns, deputado Onofre Santo Agostini, v.exa. orgulha o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado. Faço minha as suas palavras.

É uma honra termos o deputado Onofre Santo Agostini como o melhor deputado federal do Brasil.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, quero saudar o deputado eleito novo presidente desta Casa, Romildo Titon, que teve a aprovação de todos os deputados, já que foi constituído um acordo em que o deputado Joares Ponticelli e o deputado Romildo Titon dividiriam o mandato de um ano para cada parlamentar. E esse acordo foi justamente costurado com todas as bancadas.

Durante o ano inteiro de 2013 manteve-se aquela aprovação e no dia 3 de fevereiro, data da posse, estava bem expresso que havia ainda o total apoio tanto por parte dos parlamentares quanto por parte de prefeitos de diversos partidos e da sociedade que aqui lotou as galerias desta Casa, justamente trazendo o apoio ao deputado Romildo Titon.

Nós também queremos dar o apoio, desejar-lhe sucesso nessa nova empreitada e dizer que, sem dúvida nenhuma, estaremos ao seu lado para dar apoio a esse trabalho que, certamente, virá complementar o nosso.

Quero também cumprimentar o deputado Joares Ponticelli pelo brilhante trabalho que fez durante 2013. Articulou muito bem com todos os deputados, com a Casa, com o Poder Executivo, com a sociedade e representou muito bem a Assembleia Legislativa. E, sem dúvida nenhuma, toda a sua atividade traz orgulho para todos nós, parlamentares desta Casa.

Gostaria também de saudar o deputado Valmir Comin que no seu pronunciamento colocou as questões da energia do carvão como uma alternativa e uma forma de fazer as compensações. Ele tem defendido muito em seu trabalho parlamentar justamente o fato de incluir o carvão de Santa Catarina como uma das alternativas energéticas. Esse foi um trabalho que a Assembleia fez, que teve a aprovação de todos nós, mas que foi encabeçado, principalmente, por ele, pelo deputado Joares Ponticelli e pelos deputados do sul do estado.

Vejam que o Brasil tem várias alternativas de produção de energia, e seguramente elas são melhores e menos poluidoras do que o carvão, por exemplo, a energia elétrica produzida pela água, pelos nossos rios. E o rio Uruguai produz energia para todo o estado, e ainda exportamos energia para outros estados. Enfim, participamos do sistema nacional com a produção de energia que vem do rio Uruguai e seus afluentes e de outros rios que também contribuem para a geração de energia, seja com grandes hidrelétricas ou com PCHs, já que temos aí um grande número delas. Inclusive, há aqui na Casa grandes projetos de produção de energia de pequenas centrais hidrelétricas que ultrapassam os três mil *megawatts*, o que corresponde a três vezes uma usina de Itá.

Assim, as energias hidrelétrica, eólica e solar são muito boas. Porém, a energia solar irá ser produzida apenas quando houver sol, de noite não será produzida; a energia eólica será produzida apenas quando houver vento para isso, e ele é inconstante. Existem grandes correntes de vento que passam por Santa Catarina e já há várias estações de geração de energia elétrica. Nas regiões de Bom Jardim da Serra, São Joaquim e

Urubici há vários projetos encaminhados e aguardando avaliação.

Aliás, quero saudar dois grandes engenheiros de Santa Catarina que produzem projetos nessa área, que são o dr. Adriano Jackson Gomes, de Joinville, e o dr. Valter Torrezani, de Blumenau, que têm empresas de estudos para elaborar projetos de geração de energia eólica.

Então, todas essas formas de energia que usam as nossas forças naturais, seja a água, a luz, o vento, são inconstantes. Precisamos usar então outra forma de energia, como o gás, o petróleo, o carvão, para fazer a compensação dos momentos em que a energia é insuficiente. A energia eólica e a solar, no Brasil, ainda está iniciando.

Então, Santa Catarina pode participar dessa compensação, porque tenho certeza que ao invés de usar o petróleo, o gás, que são tão poluidores ou mais do que o carvão, podemos usar essa força, essa reserva que Santa Catarina possui e que o deputado Valmir Comin tão bem tem defendido nesta Casa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Peço desculpas, deputado, porque não participei do seu pronunciamento, mas é um prazer incluí-lo ao meu.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo v.exa. por aderir essa linha de raciocínio. É evidente que, como eu disse, anteriormente, e dentro daquilo que v.exa. coloca, um país emergente, como o nosso, não pode dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer ela renovável ou não, principalmente a eólica, que é um fato novo, está engatinhando no Brasil. E temos aqui a benevolência da providência divina que nos concede nos momentos de pico, que é das 18h às 22h, a maior frequência de corrente de ar, comparado ao nordeste brasileiro. Mas precisamos, evidentemente, de investimentos, pois temos energias vulneráveis, que não são consideradas energias firmes. O setor do Complexo Tractebel tem um contrato de 200.000 toneladas e está queimando

300.000 toneladas, ou seja, já está no limite da sua capacidade.

Agora, temos um jazimento que está aí totalmente para ser explorado, nesses três estados, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que precisam de uma política específica para este setor.

Uma mina não se abre de um momento para o outro, precisa de todas as condicionantes nas questões ambientais. Existem procedimentos que precisam ser acompanhados dentro da égide da legislação, mas que precisam ser feitos dentro de uma programação, de um planejamento e com antecedência. E uma usina, mesmo que ela esteja em carga mínima, num momento de pico, de necessidade, ela estará pronta para ser acionada com estoque de carvão, por isso chamamos de energia firme. E isso tem um preço, que está dentro do mix da cesta básica de combustível do país. Mas a energia mais cara é aquela que não existe, aquela que não tem. Não é verdade?

Por isso parabênizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Sem dúvida, a energia mais cara é aquela que nós não transformamos, que não utilizamos. Há muitas maneiras de fazer isso mas, infelizmente, elas ficam trancadas na burocracia de projetos que não andam, por diversas questões, de forma que se houver a união desta Casa, o entendimento e a aprovação da sociedade, de que muitas vezes a energia do carvão, que apesar de ser mais poluente do que outras formas, é indispensável justamente porque é muito importante para fazer as compensações das baixas de energia.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, que falou em nome do PSDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não há oradores inscritos.

Passaremos, então, à Ordem do Dia.

Ato da Presidência n. 0002-DL de 2014

(Passa a ler.)

“O presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, com amparo no art.47, § 3º, da Constituição do Estado, combinado com o art. 41 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições, constitui comissão Parlamentar de Inquérito integrada pelos srs. deputados Angela Albino, Carlos Chiodini, Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Dirceu Dresch, Marcos Vieira e Darci de Matos, para, no prazo de 120 dias, apurar fato determinado dos serviços de água e esgoto feito pelos municípios a pessoas jurídicas de direito público ou privado.”

Este ato está assinado pelo presidente desta Casa, deputado Romildo Titon.

Portanto, agora, srs. deputados, “pelo capítulo XI, art. 149, do nosso Regimento Interno, constituída a Comissão, o Deputado mais idoso entre os de maior número de legislaturas estaduais em Santa Catarina convocará seus membros, no prazo máximo de cinco sessões, para a primeira reunião, que será realizada sob a sua Presidência, e cuidará da instalação dos trabalhos e da eleição do presidente e do relator”.

Neste caso, o deputado com maior número de mandatos desta Casa, membro da comissão Parlamentar de Inquérito, é o deputado Reno Caramori, que tem o prazo de até cinco sessões para fazer a instalação da comissão e eleição do presidente e do relator da CPI das Águas, pedida pela deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0014/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0015/2014, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0009/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita ao Procurador-

Geral de Justiça do Ministério Público do estado informações acerca do valor da arrecadação do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público e do Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 e onde foram aplicados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem aos 62 anos de Fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular em Santa Catarina, sessão esta que será presidida pelo nobre deputado Narcizo Parisotto, líder do Partido Democratas.

Está encerrada a presente sessão.